

Impactos da gravidez na adolescência no Brasil

Impacts of teenage pregnancy in Brazil

Impactos del embarazo adolescente en Brasil

Recebido: 23/03/2022 | Revisado: 01/04/2022 | Aceito: 04/04/2022 | Publicado: 10/04/2022

Thiago de Matos Bezerra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9412-5573>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: thiagomatos99@hotmail.com

Cintia Chagas Matos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8281-9516>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: cintiamatos53@gmail.com

Resumo

A gravidez na adolescência é mundialmente reconhecida como uma questão de saúde pública. Através de uma revisão integrativa, este estudo buscou evidenciar e discutir as possíveis consequências da gravidez na adolescência. Foi realizada pesquisa em estudos indexados nas bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), no período de 2016 a 2021, utilizando-se os seguintes descritores (DeCS): contracepção, complicações na gravidez, gravidez na adolescência e ensino. Ao fim, foram selecionados doze estudos publicados em português, espanhol e inglês. Os resultados mostraram que, no fornecimento de informações seguras sobre sexualidade, a prevenção de gestação precoce tem sua importância ligada a atuação familiar e educacional, o que resultará em conhecimentos acerca de contracepção. Na questão social, compreende-se que uma gestação precoce poderá colocar impedimentos na continuidade dos estudos e no acesso ao mercado de trabalho, o que acentuará a dependência financeira dos pais ou parceiro. Referente à saúde da adolescente, constatou-se que é maior a chance de uma gestação de risco, essa também é uma das maiores causas de morte materna. Pode haver também implicações a saúde do bebê, como a ocorrência de baixo peso do recém-nascido. Neste contexto, o trabalho evidenciou a importância da prevenção para o enfrentamento da problemática em questão.

Palavras-chave: Contracepção; Complicações na gravidez; Gravidez na adolescência; Ensino.

Abstract

Teenage pregnancy is globally recognized as a public health issue. Through an integrative review, this study sought to highlight and discuss the possible consequences of teenage pregnancy. A search was carried out in studies indexed in the databases: Virtual Health Library (VHL), Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences (LILACS) and Scientific Electronic Library Online (SciELO), from 2016 to 2021, using The following descriptors (DeCS) are used: contraception, pregnancy complications, teenage pregnancy and teaching. In the end, twelve studies published in Portuguese, Spanish and English were selected. The results showed that, in providing safe information about sexuality, the importance of preventing early pregnancy is linked to family and educational activities, which will result in knowledge about contraception. On the social issue, it is understood that an early pregnancy may impede the continuity of studies and access to the job market, which will accentuate the financial dependence of the parents or partner. Regarding adolescent health, it was found that there is a greater chance of a high-risk pregnancy, which is also one of the major causes of maternal death. There may also be health implications for the baby, such as low birth weight. In this context, the work highlighted the importance of prevention to face the problem in question.

Keywords: Contraception; Pregnancy complications; Teenage pregnancy; Teaching.

Resumen

El embarazo adolescente es reconocido mundialmente como un problema de salud pública. A través de una revisión integradora, este estudio buscó resaltar y discutir las posibles consecuencias del embarazo adolescente. Se realizó una búsqueda en estudios indexados en las bases de datos: Biblioteca Virtual en Salud (BVS), Literatura Latinoamericana y del Caribe en Ciencias de la Salud (LILACS) y Biblioteca Científica Electrónica en Línea (SciELO), de 2016 a 2021, utilizando los siguientes descriptores (DeCS) se utilizan: anticoncepción, complicaciones del embarazo, embarazo adolescente y enseñanza. Al final, fueron seleccionados doce estudios publicados en portugués, español e inglés. Los resultados mostraron que, al brindar información segura sobre la sexualidad, la importancia de prevenir el embarazo precoz está vinculada a las actividades familiares y educativas, lo que redundará en el conocimiento sobre la anticoncepción. En el tema social, se entiende que un embarazo precoz puede impedir la continuidad de estudios y el acceso al mercado laboral, lo que acentuará la dependencia económica de los padres o pareja. En cuanto a la salud

de las adolescentes, se encontró que existe una mayor probabilidad de un embarazo de alto riesgo, que también es una de las principales causas de muerte materna. También puede haber implicaciones para la salud del bebé, como bajo peso al nacer. En ese contexto, el trabajo destacó la importancia de la prevención para enfrentar el problema en cuestión.

Palabras clave: Anticoncepción; Complicaciones del embarazo; Embarazo en la adolescência; Enseñanza.

1. Introdução

A adolescência é um período da vida humana em que ocorrem modificações de diversas naturezas, como: emocional, psicológica, física e social. Nessa fase, é comum que surjam dúvidas, desejos e curiosidades. Nessa fase também é presente a descoberta do próprio corpo e do prazer sexual, o que pode aumentar os riscos de uma gravidez indesejada, dado que a gravidez na adolescência está presente no cotidiano (Rosaneli et al., 2020).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica a adolescência como o período que compreende a faixa etária de 10 a 19 anos (Brasil, 2018). Borovac-Pinheiro et al. (2016) afirmam que a gravidez na adolescência “[...] é um problema de saúde pública que tem potenciais consequências negativas para a saúde, econômicas e sociais” (Borovac-Pinheiro et al., 2016, p. 548). Os autores relatam ainda que a adolescência é um período extremamente perigoso para uma gravidez, lembrando que tais perigos apresentam-se presentes tanto para o bebê quanto para a parturiente (Borovac-Pinheiro et al., 2016).

Dados da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente (Fundação Abrinq) estimam que, no ano de 2020, um percentual de 14,0 % dos nascidos vivos no Brasil vieram de mulheres que possuem até 19 anos de idade, o que demonstra que o país possui relevantes índices de gestação precoce. Nesse cenário, há destaque para a região Norte, que possui a maior média entre todas as regiões do país, com a média de 21,3 % dos partos, um valor que está mais de 7 % acima da já revelada média nacional (Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, 2022).

Conforme os números apontam, a gestação precoce é uma realidade relevante na sociedade brasileira, uma vez que a juventude tem sido precoce em apresentar comportamentos inerentes à vida adulta, com destaque aos sexuais (Borovac-Pinheiro et al., 2019; Genz et al., 2017). Tal precocidade aumenta a chance de uma gestação, dado que há a estimativa de que 80 % dos casos de gravidez na adolescência não são planejados (Borovac-Pinheiro et al., 2019).

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) expõe que a saúde da jovem pode passar por complicações durante a gestação e dificuldades no parto. O UNFPA relata também os desdobramentos após o parto, com o destaque de que a parte fisiológica da jovem também pode ser afetada, com sequelas em seu corpo que são resultantes do período gestacional ou inerentes ao parto (Fundo de População das Nações Unidas, 2021).

Embora comum de ser observada, uma gestação precoce não costuma ser planejada, o que pode levar a mudanças bruscas na rotina dos jovens e das famílias (Pinheiro et al., 2019; Rosaneli et al., 2020; Sousa et al., 2018). Logo, este trabalho buscou identificar e analisar, na literatura, as possíveis consequências e impactos da gravidez na vida dos adolescentes.

2. Metodologia

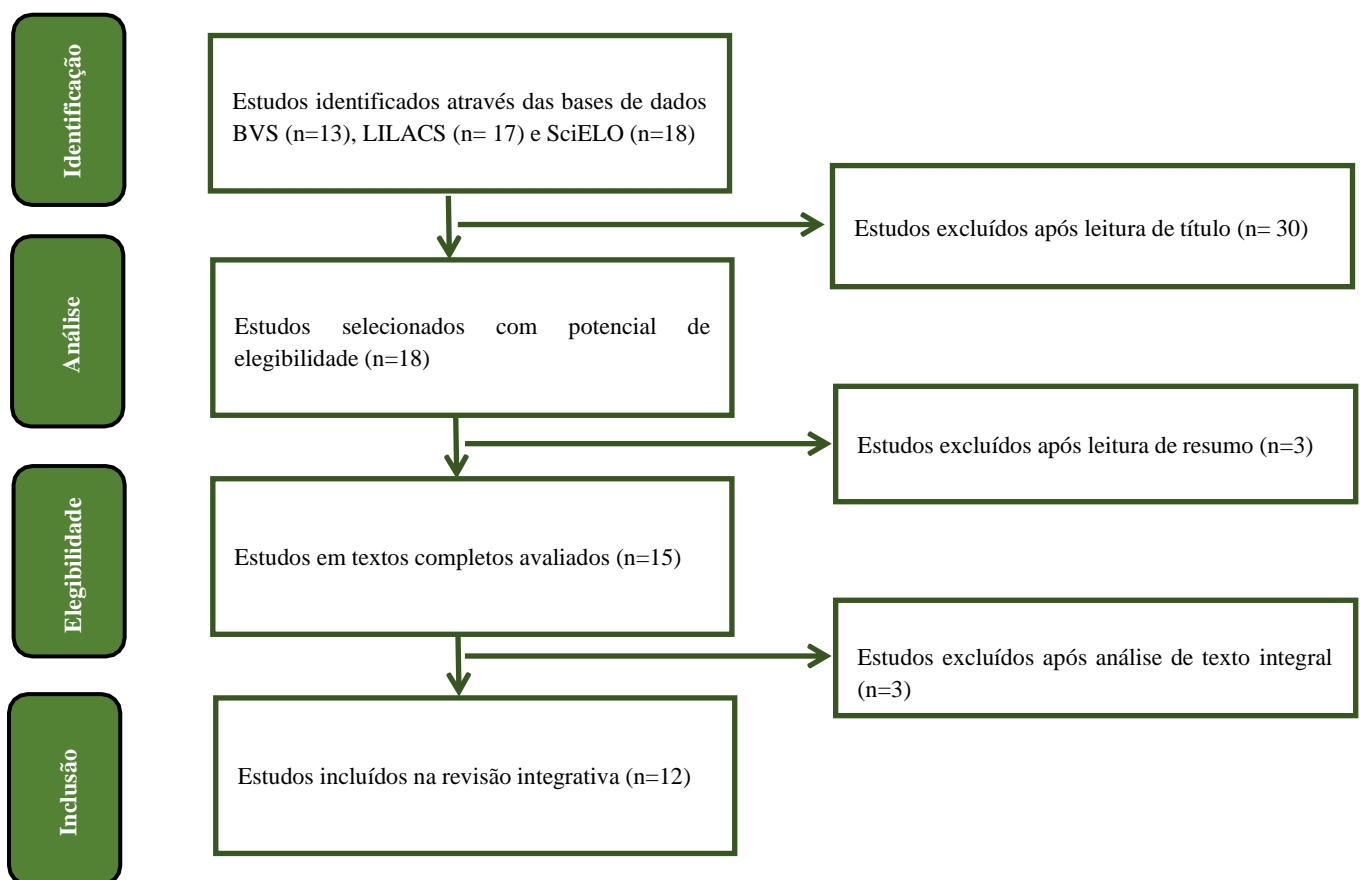
O presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura, conforme a descrição de Gil (2019). Em relação à seleção dos artigos, inicialmente, buscou-se estudos publicados nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). A pesquisa restringiu-se aos trabalhos escritos nos idiomas português, espanhol e inglês. O recorte temporal abrangeu o período de 2016 a 2021.

A estratégia de busca incluiu o *Medical Subject Headings* (MeSH) e Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Então, utilizaram-se os domínios principais de “Contraceção”, “Complicações na Gravidez”, “Gravidez na Adolescência” e “Ensino”. Os unitermos foram combinados utilizando o operador booleano “AND” e “OR” para o uso nas distintas bases de dados eletrônicas.

Como critérios de inclusão, foram incluídos estudos publicados na íntegra, desde que englobassem algumas das palavras selecionadas. Como critérios de exclusão, foram excluídos resumos de artigos, artigos que não se relacionam ao tema, artigos não disponibilizados eletronicamente na íntegra, estudos fora do recorte temporal, assim como os que não estavam entre os idiomas delimitados.

No total, ao utilizar os critérios, foram recuperados 48 registros. Durante a triagem, após a leitura de título, 30 artigos foram excluídos. Então, 18 estudos foram selecionados com potencial de elegibilidade e, após a leitura de resumo, ocorreu a exclusão de 3 artigos. A seguir, aconteceu a leitura do texto integral dos 15 estudos restantes, com a exclusão de 3 trabalhos. Ao final, após a leitura dos textos completos, foram selecionados 12 artigos (Figura 1).

Figura 1. Fluxograma das etapas de seleção dos artigos.



Fonte: Autores.

3. Resultados e Discussão

Perfil e características das avaliações

Mediante a utilização da combinação de duplas de descritores e, após a utilização dos critérios de exclusão, doze artigos atenderam aos critérios de inclusão. Uma síntese narrativa foi elaborada, de modo a descrever aspectos relevantes que se referem ao tema.

Os estudos encontrados são de diversos estados do país, como: Bahia Paraíba, Paraná, Piauí, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Além dos estados brasileiros, há estudos que abrangem outros nove países da América do Sul. O perfil e as características dos estudos estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Perfil e características dos artigos (Continua).

AUTOR	OBJETIVO	MÉTODO	CONTRIBUIÇÃO
Borovac-Pinheiro, Jesus & Surita (2019).	Avaliar o uso de anticoncepcionais por mães adolescentes com crescente escolha para métodos de contracepção reversível de longa ação (LARCs, na sigla em inglês) na consulta pós-parto após uma intervenção em grupo semiestruturada envolvendo mães adolescentes.	Estudo observacional retrospectivo.	Educação pré-natal e pós-parto mostraram um aumento significativo na escolha de métodos contraceptivos reversíveis de longa duração entre mães adolescentes. Grupos educativos realizados durante o pré-natal e alémdo período gestacional são ferramentas para promoção da saúde e são de fácil aplicação mundial, com baixa dependência de financiamento.
Borovac-Pinheiro et al. (2016).	Determinar os métodos de contracepção usados por adolescentes antes e após a gravidez.	Estudo transversal.	O método anticoncepcional mais prescrito antes da gravidez em adolescentes que tiveram parto no serviço foi contraceptivo combinado oral. Muitas participantes do estudo tiveram uma gravidez indesejada. Após o parto, o método contraceptivo mais utilizado foi DMPA. Para melhor contracepção e reduzir a chance de gravidez indesejada entre adolescentes, devemos promover e estimular o uso de contraceptivos reversíveis longa ação.
Ferrari, Peres & Nascimento (2018).	Conhecer desde as primeiras experiências não sexualizadas, como primeiro elemento de familiarização com a vida amorosa até a prática sexual.	Pesquisa descritiva.	Os dados sobre a entrada na vida afetiva-sexual das jovens com experiência de aborto induzido chamaram atenção em diversos aspectos. A idade entre os pares foi um demarcador crucial para a compreensão do contexto em que ocorreu o evento.
Genz et al. (2017).	Avaliar o conhecimento e comportamento sexual de adolescentes sobre doenças sexualmente transmissíveis.	Estudo descritivo, observacional, de caráter quantitativo.	Torna-se salutar a realização de ações educativas junto à escola sobre temas como sexualidade e saúde reprodutiva.
Miura, Tardivo & Barrientos (2018).	Compreender a experiência emocional decorrente da violência intrafamiliar vivenciadas pelas mães adolescentes e adolescentes grávidas acolhidas institucionalmente.	Estudo prospectivo, exploratório e descritivo de caráter clínico-qualitativo.	Percebeu-se o sofrimento vivenciado pelas jovens diante do desamparo familiar, dos abandonos maternos, paternos e de outras formas de violências vivenciadas nas relações familiares. A violência e o abandono do companheiro também foram observados nas experiências destas adolescentes, acentuando ainda mais as situações de vulnerabilidade das jovens e de seus bebês.
Neiva-Silva et al. (2018).	Identificar a prevalência de experiência de gravidez e aborto e os fatores associados em crianças, adolescentes e jovens em situação de rua, das cidades de Porto Alegre e Rio Grande, RS, Brasil.	Estudo transversal de caráter analítico.	A alta prevalência de experiência de gravidez e aborto aponta para a necessidade de melhores políticas de saúde sexual e reprodutiva específicas para esta população.
Pinheiro, Pereira & Freitas (2019).	Investigar os fatores associados à gravidez na adolescência.	Estudo transversal.	A gravidez na adolescência está associada a condicionalidades sociodemográficas, de comportamento sexual e de planejamento familiar.
Ratowiecki et al. (2020).	Explicar as diferenças na frequência de eventos perinatais adversos entre mães adolescentes com baixa e alta escolaridade.	Pesquisa documental.	O baixo número de consultas pré-natais foi o único fator de risco para os dois níveis de escolaridade e a variável que melhor explica as diferenças entre as frequências de eventos perinatais adversos.
Rosaneli, Costa & Sutile. (2020).	Analisar o perfil de adolescentes gestantes e de crianças nascidas de mães adolescentes no Estado do Paraná.	Estudo epidemiológico quantitativo.	A intersetorialidade entre políticas sociais é fundamental para melhorar os indicadores. Esforços devem voltar-se para o contexto social e disparidades, a fim de garantir os direitos fundamentais da população estudada.
Santos et al. (2018).	Analisar o perfil da gravidez segundo aspectos socioeconômicos, demográficos, de gestação e tipo de parto.	Estudo transversal descritivo.	Evidenciou-se que as puérperas adolescentes estiveram em desvantagem em relação às demais mães no que diz respeito tanto às características socioeconômicas quanto na assistência recebida no pré-natal.

Souza et al. (2018).	Analisar os fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez em Teresina, Piauí.	Estudo transversal.	O abandono escolar de jovens mães está fortemente associado a fatores socioeconômicos desfavoráveis, por isso são imprescindíveis políticas que incentivem a continuidade dos estudos e, conseqüentemente, a inserção no mercado de trabalho, favorecendo melhor renda, menor dependência financeira, menos gravidez precoce e não planejadas.
Souza Junior et al. (2018).	Identificar e discutir dilemas bioéticos na assistência médica a gestantes adolescentes.	Revisão integrativa de literatura de caráter descritivo.	A bioética proporciona reflexões sistemáticas ao envolver profissionais de saúde e educação na promoção da saúde sexual e ao dar assistência imediata às adolescentes, incluindo medidas preventivas de gravidez indesejada, com o intuito de evitar incidência de aborto e submissão das jovens a serviços clandestinos.

Fonte: Impactos da gravidez na adolescência no Brasil (2022).

A partir do quadro, observa-se que os artigos possuem diferentes regiões geográficas, com pesquisas em diversos locais dentro do país e até pelo continente americano, o que reforça a relevância do assunto. Há destaque para artigos com diversos olhares sobre o tema da gravidez na adolescência, como a prevenção, que é visualizada em questões como o conhecimento acerca de métodos contraceptivos, e os fatores de risco que contribuem para a ocorrência de uma gestação.

Ocorre também a visão acerca de questões sociais, como as percepções socioeconômicas deste tipo de gravidez e o entendimento da adolescente frente a sua condição. Questões relativas à saúde também são destacadas, com temáticas que envolvem assuntos como o pré-natal e a interrupção da gravidez.

Números de gravidez precoce

A OMS estima que, anualmente, engravidam 16 milhões de meninas, que estão entre 15 e 19 anos (Organização Mundial da Saúde, 2020). Conforme o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), as pubescentes com idade entre 10 e 14 anos fazem parte do grupo que possui as necessidades e vulnerabilidades mais importantes, porém, a maioria das estatísticas e estimativas disponíveis acerca de gravidez precoce abrangem apenas a faixa de 15 a 19 anos. É importante destacar que um percentual de 11 % do total de nascimentos acontece nessa faixa etária (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2018).

No Brasil, o planejamento familiar e a educação sexual são assuntos pouco discutidos. Assim, a gravidez precoce também é um problema social grave, dado que a maioria das parturientes não desejou, nem planejou a gravidez, o que resulta em conseqüências sociais de grandes proporções (Miura et al., 2018). Portanto, gestação e maternidade estão associadas ao contexto socioeconômico, cultural e histórico. Desta forma, são fenômenos complexos, pois embora a maternidade na adolescência não ocorra apenas em uma classe social, ela é mais evidente nas classes menos favorecidas (Souza Junior et al., 2018).

Um relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), publicado em 2021, aponta que sexo forçado e gravidez precoce são fatores relacionados a altas taxas de morbidade e mortalidade materna e infantil, assim como a problemas de saúde mental (Fundo de População das Nações Unidas, 2021).

Em relação aos nascidos vivos de mães na faixa etária entre 10 e 19 anos, os dados mais recentes disponíveis no portal do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), referentes ao ano de 2019, apresentam o Brasil com um percentual de 14,71 % de nascidos vivos de mães nessa faixa etária, o que demonstra um índice considerável de gravidez precoce. Referente ao mesmo ano, ao observarem-se os percentuais regionais, percebe-se que a gravidez precoce apresentou maiores percentuais nas regiões sul e nordeste, com índices de 30,56 % e 34,27 %, respectivamente (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, 2021).

O conteúdo apresentado demonstra uma alta ocorrência de gravidez precoce, o que reforça que a mesma se dá em um contexto indesejado e contraria a perspectiva da OMS de que uma mulher deve dispor de capacidade para “[...] decidir se quer

engravadar e/ou sobre qual o melhor momento de engravidar, bem como o espaçamento e limite de suas gravidezes” (Organização Mundial da Saúde, 2017).

No contexto da gravidez precoce, torna-se determinante o conhecimento acerca dos fatores que contribuem para o acontecimento dessa situação. Logo, é fundamental a percepção da multicausalidade que está associada a essa ocorrência.

Prevenção de gravidez precoce

O período da adolescência é marcado por descobertas, entre as quais se encaixa a de ordem sexual. Gradativamente, o ser passa a adquirir autonomia, inclusive, começa a ir aos lugares sem o acompanhamento dos pais ou responsáveis. Nessa fase, é comum que comece a passar por modificações que acontecem em diversos aspectos, como: físico, hormonal e emocional. Inevitavelmente, a questão da sexualidade começa a tomar maior proporção e é despertada uma curiosidade que tende a ser intensificada. Pela soma desses fatores, pode ser que o contato sexual aconteça ainda durante essa fase.

Ao saber da iminência do contato sexual, é fundamental que o pubescente receba educação sexual, dado que os adolescentes não costumam ter conhecimentos suficientes sobre os métodos contraceptivos (Genz et al., 2017). Tais conhecimentos deveriam passar por informações sobre os métodos contraceptivos, anatomia, fisiologia, entre outros. Assim, o adolescente receberia informações verdadeiras e obteria conhecimentos de fontes confiáveis (Borovac-Pinheiro et al., 2016).

A questão da desinformação é um problema que demonstra a gravidade do assunto. O fato de estarem mal informados pode gerar desdobramentos na vida dos adolescentes, pela não adesão aos métodos contraceptivos, o que aumenta o risco de uma concepção (Miura et al., 2018).

Logo, acontece a necessidade de que os jovens tenham conversas a respeito de sexualidade em seu âmbito familiar, visto que famílias que possuem a abertura de conversar sobre o tema e orientam a respeito, tendem a gerar adolescentes que irão usufruir de uma sexualidade melhor aproveitada (Souza Junior et al., 2018).

Outro ambiente relevante para que seja ensinado sobre educação sexual é a escola. Desse modo, o entendimento advindo da soma das informações dos ambientes familiar e educacional é decisivo para elevar o nível de conhecimento dos jovens e contribuir para a redução da incidência de gestações indesejadas (Genz et al., 2017). Embora o ideal seja promover orientações aos jovens sobre sexualidade no âmbito familiar e escolar, na prática, isso pouco tem ocorrido. Ainda em relação ao assunto, é referido que “[...] a educação constitui fator importante para o sucesso desse processo” (Sousa et al., 2018, p. 161).

Para que ocorra a prevenção de uma gravidez precoce, apresenta-se a importância de que os serviços de saúde possuam profissionais treinados para acolher aos adolescentes e suas dúvidas sobre gravidez e contracepção. Nesse cenário, a relevância da atuação do profissional de saúde é reforçada, sem a discriminação ou o julgamento que, frequentemente, esses adolescentes se deparam. Tal conteúdo deve ser colocado com estratégias que façam sentido nos diferentes contextos socioculturais em que os jovens experimentam suas relações sexuais (Pinheiro, Pereira & Freitas, 2019; Santos et al., 2018).

A equipe de saúde que cuidará da gestante deve, desde o pré-natal, identificar os possíveis fatores de riscos presentes nas situações em que aconteceu uma gestação indesejada, na intenção de realizar os devidos cuidados com a parturiente e o bebê, inclusive, com o foco de também impedir uma nova gestação (Borovac-Pinheiro et al., 2019).

No intuito de minimizar os riscos, a OMS faz recomendações sobre o que uma gestação precoce poderá trazer para a vida da pubescente. A OMS recomenda que os serviços de saúde sexual e reprodutiva sejam de alta qualidade, atendam às necessidades dos usuários e estejam disponíveis para todas as pessoas, ofertando cuidados referentes à sexualidade e a reprodução (Organização Mundial da Saúde, 2017).

As condições discutidas reforçam a importância do repasse de informações confiáveis aos jovens, bem como a necessidade de um acompanhamento próximo aos mesmos, de modo que ocorra de forma integrada a sociedade, com destaque

ao apoio familiar e escolar. Esse acompanhamento será vital para identificar as reais necessidades dos jovens e ajudar na prevenção de uma gestação precoce.

Políticas públicas

A gravidez precoce também é enquadrada como um possível fator de risco biológico para o recém-nascido e sua mãe. Logo, tal caso deveria despertar melhor atenção das políticas públicas destinadas às necessidades de ambos. Em relação à participação governamental, as políticas públicas voltadas ao público jovem foram fortalecidas pela implementação da Política Nacional de Juventude (PNJ), surgida no ano de 2005.

Nesse cenário, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que visa coordenar as políticas públicas nacionais voltadas a esse público, em nível federal. No entanto, ao observar os programas, projetos e ações apresentados, nota-se a ausência de políticas públicas sólidas voltadas ao combate à gravidez na adolescência.

As políticas públicas seriam importantes para prevenção, especialmente, para a população mais carente financeiramente. Neiva-Silva et al. (2018) afirmam que, comumente, tais jovens não possuem vínculos sociais fortes. Os autores expressam ainda ser mais comum que a população mais carente economicamente tenda a possuir maior vulnerabilidade, com a ocorrência de “[...] vínculos frágeis ou inexistentes tanto com a escola como com a família” (Neiva-Silva et al., 2018, p. 1063).

Como consequência da falta de melhores políticas públicas voltadas às classes mais carentes, esse tipo de gravidez é, entre outros âmbitos, desdobramento da questão social, dado que a baixa escolaridade está intimamente ligada à pobreza e ambas podem vir a contribuir como fatores que aumentam o risco de gestação precoce, porquanto o acesso à informação pode não acontecer ou, quando ocorre, pode ser de informações incorretas (Pinheiro et al., 2019).

Diante disso, nota-se uma carência de políticas públicas que tratem as diferenças específicas existentes entre a gestação de uma pubescente e a de uma adulta, inclusive, no espaço físico das unidades básicas de saúde, o que causa dificuldades em gerar relatos específicos à equipe de saúde.

Nesse contexto, ocorre a necessidade de transformações através de políticas públicas voltadas ao assunto, pois para que essas mudanças aconteçam “[...] as ações diárias podem fazer a diferença no início dessas mudanças. Somente com intervenção educacional eficaz o adolescente pode escolher o melhor método anticoncepcional de acordo às suas necessidades” (Borovac-Pinheiro et al., 2019, p. 611).

Entre as políticas públicas nacionais relativas à questão sexual, observa-se um foco em lidar com o depois da concepção. Contudo, é notória a necessidade de não apenas se prevenir a gravidez mas também prover educação sexual, uma vez que esse assunto necessita ser tratado com maior agudez (Borovac-Pinheiro et al., 2016).

Implicações sociais e econômicas

A gestação na adolescência apresenta-se como um problema da sociedade, sendo que tal condição ocasiona mudanças na vida dos envolvidos. No tocante a complexidade das mudanças provocadas durante esse período, às mesmas não se restringem às variáveis psicológicas e bioquímicas, mas também aos fatores socioeconômicos.

A gestação na adolescência trata-se de um fenômeno social que tem se agravado, de modo que passou a ser considerada uma problemática social, não apenas na realidade brasileira, mas também mundial (Sousa et al., 2018). Assim, uma gravidez nessa faixa etária tende a trazer dificuldades ao cotidiano da pubescente, de um modo nem sempre fácil de dimensionar e, por vezes, ocasiona uma reação em cadeia.

Em geral, um dos prejuízos que acontecem envolve a parte educacional, com o abandono dos estudos, dado que a maioria das adolescentes os abandona para cuidar do filho, fato que diminui suas probabilidades de escolarização e formação

profissional (Pinheiro et al., 2019). Essa situação costuma levar a desdobramentos em que a pubescente eleva seu risco de desemprego, visto que sua pequena escolaridade dificulta a entrada no competitivo mercado de trabalho (Sousa et al., 2018; Pinheiro et al., 2019).

Sobre a importância da escolarização como um fator que soma no combate a precocidade de uma gravidez, Sousa et al. (2018) apontam que “[...] a educação formal é considerada um fator protetor em razão da inclusão social que promove e porque a permanência dos jovens na escola reduz o risco da maternidade precoce, o que leva a associar a gestação adolescente à evasão escolar” (Sousa et al., 2018, p. 161).

A situação relatada acaba por influenciar no âmbito familiar, pois a possível situação de desemprego ou emprego de baixa remuneração vivida pela jovem – que pode ter sido exacerbada em consequência de uma gestação precoce – acarretará gastos para sua família, visto que a pubescente encontra-se despreparada financeiramente, em razão de ser dependente parcial ou integralmente (Ratowiecki et al., 2020; Pinheiro, Pereira & Freitas, 2019). Ainda a respeito dos problemas econômicos que essa situação pode acarretar, há casos em que a adolescente e seu parceiro passam a viver sob o mesmo teto. Logo, passam a morar com a família de origem de um dos dois, o que acentua a dependência financeira dos pais ou do parceiro (Souza et al., 2018).

Outro ponto de destaque é que a maioria das gestações precoces ocorre fora do contexto de uma relação formal, de modo que é comum o fato de que a pubescente e o pai da criança nem serem namorados. Mesmo que eles sejam namorados, uma vez que eles tenham a mesma faixa etária, tal situação tende a sobrecarregar a jovem e, conseqüentemente, sua família (Ferrari, Peres & Nascimento, 2018).

Frente a essa situação, é comum que ao invés de encontrar apoio, a jovem se depare com repressão familiar, o que pode somar no seu comprometimento psicológico e contribuir para uma possível fuga de casa (Ferrari et al., 2018; Pinheiro et al., 2019). As condições discutidas podem levar a uma perpetuação do ciclo da pobreza, posto que as adolescentes de baixa renda que engravidam tendem a perdurar essa condição econômica, o que – entre outros motivos – acontece em decorrência da evasão escolar, que gera piores qualificações e piores salários, isso nos casos em que tal jovem consegue um emprego (Pinheiro et al., 2019; Sousa et al., 2018).

Implicações à saúde

Uma gravidez precoce tem repercussões em diversos aspectos da vida da gestante e de sua família. Um ponto de destaque é a repercussão a saúde, visto que a mesma é diretamente impactada em uma gravidez, não apenas a saúde da gestante, mas também a do filho. Na fase da adolescência, a jovem não está preparada para encarar um desafio de tamanha proporção, como o de ser mãe, sendo que tal despreparo não é apenas psicológico e emocional, mas também fisiológico, dado que o corpo da jovem não está plenamente formado (Miura et al., 2018).

Um dos problemas que uma gestação precoce pode provocar é uma gravidez de risco, o que pode levar a grandes preocupações relativas ao risco de vida da jovem e do feto, dado que a gravidez na adolescência é uma das maiores causas de morte materna (Souza Junior et al., 2018). Com frequência, encontram-se outras conseqüências à saúde que podem ser decorridas de uma gestação no período da adolescência. Além dos problemas de crescimento e desenvolvimento, a adolescente pode apresentar outros, como é o caso de infecções puerperais, anemia e pré-eclâmpsia (Pinheiro et al., 2019; Ratowiecki et al., 2020).

Uma gravidez precoce pode acarretar em desdobramentos que não interferem apenas na vida da parturiente mas também estão associados a prejuízos a saúde do filho. Há casos de crianças que foram diretamente afetadas pelo estado em que suas mães encontravam-se, o que provocou dificuldades no que concerne ao momento do nascimento, como é o caso dos bebês que nasceram de parto prematuro em decorrência do corpo da pubescente ainda não estar completamente formado, de

modo que é comum que tais recém-nascidos apresentem baixo peso, além de relatos de crianças com atraso de crescimento (Organização Mundial da Saúde, 2020).

Outro fator agravante e que requer prevenção é a reincidência, dado que a reincidência de gestação de uma pubescente é ainda mais preocupante, pois tende a deixá-la em situação pior do que a da primeira vez, dado que “[...] mais importante do que a primeira gravidez na adolescência, a repetição da gravidez na adolescência restringe ainda mais a educação da mãe e suas oportunidades de emprego” (Borovac-Pinheiro et al., 2016, p. 548).

O combate à reincidência é uma questão desafiadora, dado que ao não ocorrer à inclusão da pubescente em um acompanhamento pós-parto, no intuito de evitar outra gravidez, há uma maior tendência de que outra gestação ocorra, com a segunda gravidez ocorrendo em situação pior do que a primeira (Borovac-Pinheiro et al., 2016). Os mesmos autores relatam ainda que um estudo, realizado nos Estados Unidos da América (EUA), revelou que 18 % dos recém-nascidos, filhos de adolescentes na faixa entre 15 e 19 anos, eram de casos reincidentes.

O fato de acontecer uma nova gestação indesejada ainda na fase da adolescência mostra que nem sempre a vivência de uma gestação, e suas consequências, é suficiente para que seja desenvolvido um comportamento sexualmente responsável (Borovac-Pinheiro, Jesus & Surita, 2019).

Sobre esse tema, revela-se ser importante o trabalho realizado pelos profissionais de saúde, no intuito de promover ações que levem os jovens a terem maior responsabilidade em seus comportamentos sexuais. Referente ao assunto, Genz et al. (2017) comentam que “[...] ações educativas podem cumprir um papel importante nesta fase da adolescência, uma vez que trazem informações e trocas de experiência acerca da atividade sexual salutar” (Genz et al., 2017, p. 2).

Na busca por evitar a repetição de uma gestação, as equipes de saúde devem procurar reconhecer possíveis fatores de risco para sua recorrência, de forma que trabalhem os cuidados preventivos junto aos adolescentes (Borovac-Pinheiro et al., 2016). Para além dos males mencionados, a gravidez precoce encontra-se associada à recorrência de casos de disseminação de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) (Borovac-Pinheiro et al., 2016; Souza Junior et al., 2018; Genz et al., 2017).

Relacionada também a uma gestação indesejada, com frequência, encontra-se a questão do aborto. Ao descobrirem que estão grávidas, não é pequena a quantidade de jovens que decidem abortar, o que pode ser perigoso pela submissão a abortos inseguros, por vezes, realizados por profissionais que não possuem a perícia ideal e em locais clandestinos, longe de serem os adequados para esses procedimentos (Ferrari, Peres & Nascimento, 2018). Sobre o assunto, Souza Junior et al. (2018) afirmam que “[...] o aborto inseguro é um dos maiores problemas de negligência à saúde da mulher, gerando inúmeras consequências sexuais e reprodutivas” (Souza Junior et al., 2018, p. 91).

Além do exposto, há formas de abortar que envolvem o uso de medicamentos que são indicados para outros fins, porém, que possuem o aborto como um efeito colateral, o que também eleva os riscos (Ferrari, Peres & Nascimento, 2018). Neste contexto, é importante ressaltar que o abortamento é uma complicação que vai além das consequências físicas, pois também promove consequências psicológicas, por meio de repercussões emocionais negativas, o que pode trazer risco para uma gestação saudável (Souza Junior et al., 2018).

Importância do pré-natal

Uma vez que a gravidez ocorreu, é importante a busca por prevenção, para evitar possíveis implicações negativas à vida da pubescente e do bebê. Tal prevenção acontece através da realização do pré-natal. Logo que ocorre o conhecimento da gravidez, é necessário que o mesmo seja iniciado. Ressalta-se que o primeiro trimestre da gravidez é de extrema importância, em virtude de ser o período em que ocorre a formação dos órgãos vitais. Desse modo, o acompanhamento pré-natal se constitui em um conjunto de procedimentos educativos e clínicos, que visam vigiar a evolução de uma gestação, parto e cuidado com o recém-nascido, além de oferecer esclarecimentos sobre esses pontos.

Na primeira consulta, a chamada Caderneta da Gestante deve ser entregue a puérpera. Esta é uma caderneta elaborada pelo Ministério da Saúde, que é distribuída no início do pré-natal, gratuitamente. A caderneta serve para que o profissional de saúde que realizar o atendimento anote os dados, após os exames, vacinas e consultas (Brasil, 2018). Durante o período, a cada consulta realizada, é recomendado que a jovem apresente sua caderneta. Essa será atualizada a cada oportunidade, o que permitirá a ocorrência de um acompanhamento qualificado (Brasil, 2018).

Em relação à adesão das jovens as consultas, com frequência, vê-se uma dificuldade inicial destas de realizar o pré-natal. Assim, é comum que a gestação de uma pubescente encontre-se associada à uma baixa adesão ao pré-natal (Belfort et al., 2016; Santos et al., 2018). Desta forma, pode-se perceber que uma quantidade considerável dos problemas decorrentes de uma gestação precoce poderia ser evitada com a realização de um pré-natal eficiente, o que é ainda mais importante nesses casos, pela alta possibilidade das adolescentes terem uma gestação de alto risco (Santos et al., 2018).

A não adesão ao pré-natal aumenta as chances de que ocorram implicações à saúde do bebê e da mãe. No caso da gestação de uma pubescente, é fundamental que a mesma não esconda a sua situação, nem tente negá-la, dado que há pesquisas que relatam que não é raro que esse grupo busque esconder sua gravidez, o que desencadeia um início tardio do pré-natal. Logo, são maiores as chances de consequências ruins à saúde da gestante e de seu bebê (Santos et al., 2018).

No começo do ano 2000, o Ministério da Saúde lançou o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, que foi instituído através da Portaria nº 569, de 1 de junho de 2000, com subsídio as análises das necessidades de atenção específica à gestante, bem como ao recém-nascido e ao período pós-parto.

Conforme o programa, para que um pré-natal possa ser considerado completo, há um número mínimo de seis consultas de acompanhamento pré-natal (Brasil, 2002). Sobre esse ponto, a OMS preconiza que seja realizado um número mínimo de quatro consultas para uma gravidez de baixo risco, porém, a gravidez na adolescência costuma ser classificada como de alto risco. No entanto, para uma gestação de alto risco, a OMS preconiza a realização de oito consultas, no mínimo (Organização Mundial da Saúde, 2016).

Em relação aos dados acerca da quantidade de consultas de pré-natal, os dados mais recentes disponíveis no portal do DATASUS, referentes ao ano de 2019, apresentam o Brasil com um percentual de 26,12 % de gestantes que tiveram um número de consultas de pré-natal inferior a 7 consultas (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, 2021). Logo, mostra-se significativo o fato de ter sido identificado um percentual considerável de número de consultas abaixo das oito consultas de pré-natal preconizadas pela OMS. Portanto, embora essa prática seja fundamental, a realização do pré-natal apresenta-se como um desafio a saúde pública.

Limite e viés

Há potenciais limites relativos ao recorte temporal estabelecido, de restrições de línguas e de artigos elegíveis terem sido perdidos, devido a sinônimas dos descritores chaves. Infere-se que pode haver viés em função dos métodos, tipos de análises e desfechos dos estudos selecionados.

4. Considerações Finais

Ao analisar os trabalhos que trazem as possíveis consequências de uma gravidez na adolescência, vê-se a importância da participação de diferentes atores, como forças que somarão para diminuir a ocorrência desse problema. Para uma diminuição da incidência de gestação precoce e de seus desdobramentos, é imprescindível que sejam abordados temas relativos à sexualidade, como a contracepção, além dos conhecimentos sobre o funcionamento do corpo. Tal abordagem acontecerá no intuito de que os jovens elevem seu nível de conhecimento acerca desses assuntos.

Diante do exposto, torna-se indispensável trabalhar o assunto da educação sexual, especialmente, na faixa etária da adolescência, pois não adianta tratar o assunto como tabu, ainda mais no atual contexto de grande informação, em que os jovens são expostos a uma enxurrada de notícias que nem sempre são verdadeiras.

No que se refere à comunicação acerca de conteúdos que envolvem sexualidade, por vezes, até há o conhecimento relativo à existência de métodos contraceptivos, no entanto, esses contraceptivos não são utilizados ou são utilizados de forma errada. Logo, nota-se a importância de serem utilizados os métodos que promovam informações verídicas e que incentivem o uso de formas de contracepção.

Nesse momento de vida, mesmo que esteja informada e resolva engravidar de forma consciente, a jovem não tem condições psicológicas, físicas e financeiras de arcar com as responsabilidades que envolvem ter um filho, o que tende a estender o problema aos seus responsáveis, pois esses passam a ter que cuidar não apenas da parturiente, mas de muito do que envolve a sua gravidez e o bebê.

Uma vez que a gravidez precoce costuma ser fruto de um reflexo social, dado que a maioria das pubescentes que engravidam nesse momento da vida são de origem financeira mais carente, fica evidente a importância de que ocorra uma maior abertura para um diálogo familiar sobre questões que envolvam a sexualidade, com o fornecimento de orientações aos jovens sendo realizadas pelos seus responsáveis.

No processo de prover informações seguras, outro ator fundamental na prevenção de uma gravidez precoce é a escola. Além do ambiente familiar, a instituição de ensino deve atuar como um importante espaço de debate. Não é incomum que os jovens possuam questionamentos que não tem coragem de perguntar aos seus responsáveis, por vergonha ou por não vislumbrar a abertura para tal. Nesse cenário, a escola surge como o espaço para trazer conhecimentos e realizar o encerramento de dúvidas. Frequentemente, em situações de tirar dúvidas em grupo, a pergunta que um teve a coragem de fazer também era uma dúvida que outro possuía. Assim, após a resposta, ambos se beneficiam com a obtenção do saber.

Por ter limitações financeiras, é comum que o acesso à informação desses jovens se limite ao que é repassado pelas pessoas com quem convivem. Por vezes, os adolescentes não possuem diálogo aberto com sua família e também não são ensinados sobre educação sexual na escola. Tal fato os deixa expostos a serem informados pelos colegas de seu convívio social, muitas vezes, tão desinformados quanto eles.

Diante desses fatores, a atuação do profissional de saúde apresenta-se como de extrema importância no atendimento a pubescente e seu parceiro, dado que esse também pode ser de uma faixa etária próxima a dela. A atuação do profissional será elucidativa ao disponibilizar informações que, por ventura, os jovens não saibam, além de tirar possíveis dúvidas que os mesmos podem até já ter procurado respostas, porém, sem que tenham encontrado uma fonte de informação confiável. Assim, a orientação disponibilizada pelo profissional de saúde pode surgir como a referência mais confiável a que os adolescentes tenham acesso. Após o contato com o profissional de saúde, é desejável que a pubescente, seu parceiro e família passem a ter ciência do quão importante é realizar o pré-natal, bem como tenham ciência acerca da relevância do apoio familiar.

Dado que as adolescentes necessitam de informações quanto à prevenção de gravidez, bem como as suas possíveis consequências e que, se uma gestação já estiver em curso, a jovem demanda aspectos particulares que são diferentes das demandas de gravidez de uma adulta, cabe ao poder público elaborar e implementar políticas públicas que contemplem as necessidades desse público.

Este estudo torna-se relevante na contribuição científica da produção de conhecimentos acerca da temática da gravidez na adolescência e estimula novas pesquisas, bem como a mobilização dos gestores públicos e profissionais de saúde, de modo que é primordial que ocorra uma maior atenção do poder público em relação a essa questão. Desse modo, como sugestão para futuros trabalhos, sugere-se que sejam realizados estudos que identifiquem as especificidades de uma gestação de uma adolescente em comparação à gravidez de uma adulta.

É salutar a ocorrência de uma mobilização da sociedade na busca por promover aos adolescentes um maior e melhor contato com informações verdadeiras acerca da sexualidade, de forma que eles tenham melhores condições de desenvolver consciência sobre o tema. A partir desse contexto, uma união dos atores mencionados pode colaborar como um ponto inicial, no sentido de reduzir os casos de gestação precoce, bem como de amenizar as possíveis consequências que uma gravidez assim poderá acarretar.

Contribuições dos autores

TMB e CCM conceberam a estratégia da pesquisa. TMB fez as buscas bibliográficas nas bases de dados, a seleção dos artigos e a extração de dados. Os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito. O conteúdo da revisão é de exclusiva responsabilidade individual dos autores.

Conflitos de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Referências

- Borovac-Pinheiro, A., Jesus, E. A. R., & Surita, F. G. (2019). Empoderando mães adolescentes na escolha do método contraceptivo no pós-parto: Evitando-se a gravidez subsequente. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, volume 41, número 10, 607-612. DOI: <https://doi.org/10.1055/s-0039-1697985>.
- Borovac-Pinheiro, A., Surita, F. G., D'Annibale, A., Pacagnella, R. C., & Pinto e Silva, J. L. (2016). Contracepção em adolescentes antes e depois do parto: escolhas e desafios para o futuro. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, volume 38, número 11, 545-551. DOI: <http://dx.doi.org/10.1055/s-0036-1593971>.
- Brasil. (2002). Ministério da Saúde. *Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento*. Brasília, DF.
- Brasil. (2018). Ministério da Saúde. *Caderneta da Gestante*. 4ª edição. Brasília, DF.
- Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. (2021). *Tabnet. Nascidos vivos*. Retirado em: 15 de março de 2022, de <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>.
- Ferrari, W., Peres, S., & Nascimento, M. (2018). Experimentação e aprendizagem na trajetória afetiva e sexual de jovens de uma favela do Rio de Janeiro, Brasil, com experiência de aborto clandestino. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(9), 2937-2950. DOI: 10.1590/1413-81232018239.11312018.
- Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. (2022). *Cenário da infância e adolescência no Brasil 2022*. Brasília, DF.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2018). *Trajetórias plurais – práticas que contribuem para a redução da gravidez não intencional na adolescência*. Brasília, DF.
- Fundo de População das Nações Unidas. (2021). *Situação da população mundial 2021*. Organização das Nações Unidas. ISBN: 978-65-87917-03-0.
- Genz, N., Meincke, S. M. K., Carret, M. L. V., Corrêa, A. C. L., & Alves, C. N. (2017). Doenças sexualmente transmissíveis: conhecimento e comportamento sexual de adolescentes. *Texto Contexto Enferm.*, 26(2), e5100015, 1-12. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017005100015>.
- Gil, A. C. (2019). *Método e técnicas de pesquisa social* (7a ed.). São Paulo: Atlas. ISBN: 978-8597020571.
- Miura, P. O., Tardivo, L. S. L. P. C., & Barrientos, D. M. S. (2018). O desamparo vivenciado por mães adolescentes e adolescentes grávidas acolhidas institucionalmente. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(5), 1601-1610. DOI: 10.1590/1413-81232018235.14152016.
- Neiva-Silva, L., Demenech, L. M., Moreira, L. R., Oliveira, A. T., Carvalho, F. T., & Paludo, S. S. (2018). Experiência de gravidez e aborto em crianças, adolescentes e jovens em situação de rua. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(4), 1055-1066. DOI: 10.1590/1413-81232018234.11342016.
- Organização Mundial da Saúde. (2016). *Recomendações sobre cuidados pré-natais para uma experiência de gravidez positiva*. ISBN: 978-92-4-154991-2.
- Organização Mundial da Saúde. (2017). *Saúde adolescente*. https://www.who.int/health-topics/adolescent-health/#tab=tab_1.
- Organização Mundial da Saúde. (2020). *El embarazo en la adolescencia*. Retirado em: 15 de março de 2022, de <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-pregnancy>.
- Pinheiro, Y. T., Pereira, N. H., & Freitas, G. D. M. (2019). Fatores associados à gravidez em adolescentes de um município do nordeste do Brasil. *Cad. Saúde Colet.*, 27 (4), 363-367, Rio de Janeiro, RJ. DOI: 10.1590/1414-462X201900040364.
- Ratowiecki, J., Santos, M. R., Poletta, F., Heisecke, S., Elias, D., Gili, J., Gimenez, L., Pawluk, M., Uranga, R., Cosentino, V., Campaña, H., Rittler, M., & Camelo, J. S. L. (2020). Inequidades sociales en madres adolescentes y la relación con resultados perinatales adversos en poblaciones sudamericanas. *Cad. Saúde Pública*; 36(12), e00247719, 1-12. DOI: 10.1590/0102-311X00247719.

Rosaneli, C. F., Costa, N. B., & Sutile. (2020). Proteção à vida e à saúde da gravidez na adolescência sob o olhar da Bioética. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, volume 30(1), e300114, 1-12, Rio de Janeiro, RJ. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312020300114>.

Santos, L. A. V., Lara, M. O., Lima, R. C. R., Rocha, A. F., Rocha, E. M., Glória, J. C. R., & Ribeiro, G. C. (2018). História gestacional e características da assistência pré-natal de puérperas adolescentes e adultas em uma maternidade do interior de Minas Gerais, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(2), 617-625. DOI: 10.1590/1413-81232018232.10962016.

Sousa, C. R. O., Gomes, K. R. O., Silva, K. C. O., Mascarenhas, M. D. M., Rodrigues, M. T. P., Andrade, J. X., & Leal, M. A. B. F. (2018). Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. *Cad. Saúde Colet.*, 26 (2), 160-169, Rio de Janeiro, RJ. DOI: 10.1590/1414-462X201800020461.

Souza Junior, E. V., Silva, V. S. B., Lozado, Y. A., Bomfim, E. S., Alves, J. P., Boery, E. N., & Boery, R. N. S. O. (2018). Dilemas bioéticos na assistência médica às gestantes adolescentes. *Rev. Bioét.*, volume 26, número 1, 87-94. Brasília, DF, Jan./Mar. DOI: 10.1590/1983-80422018261229.